



DIÁRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Edição nº 165/2018

Brasília - DF, disponibilização terça-feira, 4 de setembro de 2018

SUMÁRIO

Presidência	2
Secretaria Geral	8
Secretaria Processual	8
Diretoria Geral	56
Núcleo de Apoio à Diretoria-Geral	56
Seção de Passagens e Diárias	56
Corregedoria	57

Presidência**PORTARIA 59, DE 3 DE SETEMBRO DE 2018****Institui a Ação Cidadania para Todos.**

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a Lei 13.444, de 11 de maio de 2017, que dispõe sobre a Identificação Civil Nacional e sua base de dados, e tem como objetivo identificar o cidadão nacional em suas relações com a sociedade e com os órgãos e entidades governamentais e privados por um único documento;

CONSIDERANDO que os esforços na implantação da Identificação Civil Nacional depende da integração dos três poderes da União;

CONSIDERANDO a necessidade de se empreender esforços para formalização da autenticação do cidadão, a identificação da pessoa e a implantação da Identificação Civil Nacional;

CONSIDERANDO a necessidade de se ampliar a rede de atendimento pelo Poder Judiciário para consolidação de uma política desburocratizante e de baixo custo prestada à população;

CONSIDERANDO que o Poder Judiciário dispõe de meios específicos em suas unidades judiciárias, estimadas em mais de 16.053 órgãos (dado extraído do Relatório Justiça em Números de 2017);

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a ação **Cidadania para Todos**, cuja finalidade é instalar pontos de atendimento no Poder Judiciário Brasileiro para facilitar a emissão do Documento Nacional de Identidade – DNI como instrumento de cidadania.

§ 1º A ação dar-se-á mediante instalação de pontos de atendimento credenciados, a serem instalados nas unidades judiciárias, conforme ato da Presidência do Tribunal.

Art. 2º. A capacitação técnica deverá atender as exigências estabelecidas pelo Comitê gestor da Identificação Civil Nacional.

Art. 3º Os Tribunais devem divulgar em seus sítos eletrônicos as unidades judiciárias que farão o atendimento ao público.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**

PORTARIA Nº 60DE3 DE SETEMBRO DE 2018

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições, com fundamento no artigo 118, §2º, do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a 50ª Sessão Extraordinária para 11 de setembro de 2018, às 9 horas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministra **Cármem Lúcia**

Presidente

RESOLUÇÃO N. 249, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

Altera o Anexo I da Resolução n. 201, de 3 de março de 2015.

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), no uso de suas atribuições legais e regimentais,